

**PELA DEFESA DAS
LUTAS E ORGANIZAÇÕES
POPULARES: NENHUM
DIREITO A MENOS!**



PELA DEFESA DAS LUTAS E ORGANIZAÇÕES POPULARES: NENHUM DIREITO A MENOS!



A APUR vem a público posicionar-se pela defesa de procedimentos negociados e constituídos após longos anos de lutas populares. De certo não temos nem a democracia e nem as instituições que expressem de forma justa os desejos políticos e a organização da sociedade civil brasileira. De certo, sabemos das relações que hegemonizam as instituições e delas fazem uso e abrigo de seus poderes. Mas, também reconhecemos o caráter de disputa e o resultado de um patamar de direitos que não foram doados e/ou concedidos, mas originam-se das lutas e forças contraditórias deste país.

È em defesa dos direitos e das lutas que originaram as instituições que hoje nos manifestamos. Não é novidade que medidas de força são aplicadas a muitos cidadãos brasileiros, muitas vezes sem o direito à defesa, motivadas por uma suposta necessidade de segurança – e isso sempre causou prisões, mortes e genocídio – mas, quando o poder mostra-se mais ‘cru’ evidencia suas tecnologias e a necessidade de pensar em direitos consolidados e procedimentos regulares. A condução coercitiva do ex-presidente Lula, a mobilidade do processo contra ele – aos quais entendemos que deve respondê-los todos, com o justo direito de defesa após as acusações – mostram a organização da elite brasileira e o uso político restrito dos poderes instituídos e a ausência de controle popular sobre as instituições.

As ações estatais, que só seriam justificadas mediante caráter de exceção, tornaram-se um modelo da política contemporânea, o que imediatamente é prova da brutal crise na política e, ao mesmo tempo, das tecnologias biopolíticas do estado. De fato, as instituições políticas esgarçadas não funcionam a ponto de manter a coesão do modo de produção de riquezas, sendo necessário avançar brutalmente para restrição das liberdades individuais, justificando-se pela manutenção da ordenação, o que viola inclusive os direitos tão caros até ao liberalismo.

Assim, a APUR conclama todos os professores para a defesa das lutas populares e para defesa do regular uso dos procedimentos para julgamento das lesões ao estado, ao tempo que convida a todos para pensar na falência de um modelo político centrado no modelo binário e colonizador. Atentamos para o caráter conservador das manifestações de rua quando estas são lideradas pelo que há de mais retrogrado na política brasileira, inclusive tradicionalmente acusados de serem contrários aos direitos civis, políticos e da coletividade, bem como envolvidos também em processos públicos de corrupção.

A APUR reconhece que a UFRB é resultado de mobilizações do povo do Recôncavo e neste momento sua vida institucional também é violada diante do ataque às conquistas. Colocamo-nos do lado do direito de manifestação, mas evidenciamos que o projeto de Brasil que queremos não se assenta ao lado das elites e suas concepções de liberdade e democracia. Defendemos as organizações populares e coletivas, os movimentos identitários, as organizações de classe e àqueles que sempre estiveram aliados concretamente a melhores condições de vida. A crítica da crise econômica e política não pode vedar nossos olhos sobre os interesses que estão em jogo. Colocamo-nos do lado de nossos direitos e da disputa das instituições para construção de novos modelos políticos para além da restrita visão que parece nos apontar as ruas.

Nenhum direito a menos!

DIRETORIA DA APUR

Participem da grande manifestação “O Brasil contra o Golpe”, no dia 18, às 15 horas, no Campo Grande.

QUEM DEFENDE DEMOCRACIA E JUSTIÇA VAI ÀS RUAS DIA 18

Escrito por CUT Nacional



A principal tarefa dos movimentos sociais e sindical e de todos os democratas brasileiros é organizar uma grande mobilização no próximo dia 18, em diferentes cidades do Brasil.

O ato nacional é contra o golpe jurídico-midiático em curso, em defesa da democracia e do presidente Lula e por mudanças na política econômica que deem novo impulso ao governo Dilma.

A presença de Lula é aguardada na manifestação de São Paulo, que está marcada para as 16h, no vão livre do MASP. Lula é considerado pela militância como símbolo maior da possibilidade de ascensão social dos mais pobres, já que o governo dele tirou 40 milhões da miséria e ampliou o acesso ao ensino, à saúde e possibilitou a construção de políticas públicas que buscam igualdade para mulheres, negros, LGBTs e outras parcelas da sociedade tradicionalmente alijadas dos resultados econômicos. “É esse projeto que querem destruir”, costuma afirmar o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas.

Na avaliação do presidente nacional do PT, Rui Falcão, presente a encontro realizado na noite de domingo no diretório estadual do partido em São Paulo, as manifestações de domingo revelaram vários sinais de que há um golpe em preparação que pretende atacar não só o PT e a entidades com ele identificadas, mas o próprio Estado de Direito e, conseqüentemente, as garantias individuais.

Justiça em risco

“Não há mais habeas corpus, promotores se sentem no direito de prender sem provas, testemunhas são pressionadas a fazer delação, o que é uma forma de tortura psicológica, o que torna o momento atual, em parte, uma repetição do que ocorria em 1964”, disse, em referência ao golpe militar que derrubou Jango e instalou uma ditadura de 21 anos. “Por isso, temos de mobilizar todas as nossas energias e nossos militantes para realizarmos um grande ato no dia 18”, conclamou.

Para o presidente do PT de São Paulo, Emídio de Souza, a via a políticos de outros partidos, registradas ontem em São Paulo, não devem ser motivo de comemoração. “Isso demonstra que setores que defendem o fim da política estão tendo grande influência nessas manifestações”.

Durante toda esta segunda-feira, dia 14, plenárias e encontros estão sendo realizados em diretórios partidários e sedes de sindicatos e entidades do movimento social para organizar as participações no próximo dia 18. Os atos estão sendo convocados pela Frente Brasil Popular. O calendário de atividades será divulgado tão logo sejam definidas.

Violência fascista

Gilmar Mauro, coordenador do MST e um dos presentes ao encontro de ontem no diretório estadual do PT, lembrou que a defesa da militância deve ser uma das principais preocupações dos organizadores. Ele citou os atos de violência e vandalismo contra a sede da UNE, do PCdoB, da subsele da CUT Campinas e a invasão policial armada à assembleia realizada na última sexta-feira, na subsele Diadema do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, como sinais da escalada fascista. Confira atos já confirmados:

Bahia

15 e 16/06 - Ato de panfletagem, lambe lambe e convocação para ato 18.
18/03 às 15h - Ato Campo Grande - Castro Alves, todas as centrais e movimentos sociais e populares

Ceará

10h - Tribuna Livre na Praça do Ferreira
18/03 - Plenária no Sindicato Bancários
18/03 - Mobilização Nacional: Ato e Caminhada, Concentração na Praça da Bandeira

Paraná

Ato Estadual em Curitiba, com documento da FBP, 18/3, Café da Manhã na frente da Justiça Federal
18/0 - 18h: Praça Santos Andrade

Rio de Janeiro

18/3, Tarde: Ato Cultural na Praça XV com vários Artistas (Bete Carvalho e Martinho da Vila estão mobilizando)

São Paulo

18/03 - 16h Ato na Paulista (MASP)

PELO ESTADO DE DIREITO E PELO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA, COM ENTENDIMENTO NACIONAL E PAZ SOCIAL

Manifesto da SBPC pelo fortalecimento da democracia

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) jamais se desvencilhou da vida nacional, nunca se omitiu, principalmente nos momentos mais agudos, e sempre esteve atenta e atuante diante dos temas mais caros ao Brasil e aos brasileiros. Assim, vínhamos dedicando a devida e merecida atenção aos acontecimentos decorrentes da operação Lava Jato e suas consequências na vida econômica e política do País.

Contudo, a gravidade e a repercussão de fatos mais recentes estão trazendo consigo a capacidade de acirrar disputas no campo político, de fazer surgir divergências nas lides do judiciário e, mais preocupante ainda, de acentuar as já sentidas rupturas na sociedade brasileira.

A gravidade do momento não está mais para nutrir ânimos já exaltados ou para ser apenas motivo de contemplação e análises. É hora de nossas lideranças – principalmente as políticas, empresariais e da classe trabalhadora – se disporem a construir os caminhos que levem rapidamente ao entendimento nacional e, com isso, possamos assegurar a manutenção da paz social e a retomada do crescimento econômico. Esse é o papel que se espera de nossos líderes.

E a sociedade também tem seu papel a desempenhar. Cidadãos de qualquer gênero, origem e credo; trabalhadores e profissionais liberais; professores e estudantes; militantes de qual seja a ideologia ou causa - todos precisamos cultivar a tolerância e respeitar a divergência de opiniões.

Deve-se reconhecer, obviamente, que cada grupo político, cada segmento da vida social, cada setor da economia ou cada corrente ideológica têm o direito de buscar a consecução de seus objetivos e de lutar pela defesa de seus interesses. No entanto, toda conquista precisa ser alcançada em conformidade com o que estabelece a Constituição Federal, com o respeito às instituições, dentro das regras democráticas e seguindo os princípios da ética. O estado de direito não pode ser subjugado ao estado de ânimo.

Junto de outras forças democráticas, a SBPC lutou para que as ações deletérias do regime ditatorial instalado em março de 1964 provocassem o menor efeito possível na vida nacional. Da mesma forma, lutamos para o restabelecimento do regime democrático e sua construção.

Nesse momento delicado da vida nacional a SBPC se coloca novamente em campo e conclama a sociedade civil organizada a arregaçar as mangas. Desta vez, precisamos garantir a manutenção do estado de direito, transformar a crise atual em instrumento de fortalecimento da democracia, propugnar pelo entendimento nacional e garantir a paz social.

**Mais do que nunca, o Brasil está precisando da boa vontade dos brasileiros.
São Paulo, 08 de março de 2016.**

Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2016/03/SBPC-032-Manifesto-pelo-FORTALECIMENTO-DA-DEMOCRACIA.pdf>

NOTÍCIA ANDES-SN

REUNIÃO DO SETOR DAS IFES ENCAMINHA AÇÕES DE LUTA PARA O MÊS DE MARÇO



Docentes federais de 24 seções sindicais participaram, nos dias 12 e 13 de março, na sede do ANDES-SN em Brasília (DF), da reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor das Ifes) do Sindicato Nacional. A reunião do setor debateu os encaminhamentos do 35º Congresso do ANDES-SN, realizado em janeiro na cidade de Curitiba (PR), e definiu uma agenda de lutas e mobilizações para o mês de março, com base na temática aprovada durante o congresso, no plano de lutas do Setor das Ifes.

Renata Rena, 2ª vice-presidente da Regional Leste e uma das coordenadoras do Setor das Ifes do ANDES-SN, ressalta que a reunião foi muito importante para dar sequência às ações de luta planejadas durante o 35º Congresso, além de debater, por exemplo, os cortes no orçamento, as Organizações Sociais (OS), a possibilidade de rearticulação da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (Cnesf) e, especialmente, a luta contra a adesão dos docentes federais ao Funpresp.

“Debatemos os cortes no orçamento e as OS, e, por fim, organizamos nossa agenda de mobilizações, dentro da temática definida no 35º Congresso de Curitiba, que estabeleceu o mês de março como o mês da luta por ‘Orçamento das IFE e a luta contra as Organizações Sociais (OS)’”, disse a docente.

A diretora do ANDES-SN lembrou ainda que durante o mês de março, as seções sindicais do Setor das Ifes pressionarão as reitorias das instituições federais a revelarem o orçamento executado no ano de 2015, para que a comunidade acadêmica tenha conhecimento do tamanho real dos cortes em cada instituição. O Setor cobrará também das administrações das IFE que divulguem qual a previsão de cortes e contingenciamentos para o ano de 2016.

As seções sindicais do Setor das Ifes têm até 31 de março para enviar informações sobre o quantitativo de docentes que, caso o fim do abono-permanência seja aprovado, se aposentarão compulsoriamente. As informações serão avaliadas pelo Setor e utilizadas em campanhas de mobilização.

Além disso, nesta quinta-feira (16), haverá lançamento da campanha unificada dos Servidores Públicos Federais, com protocolo da pauta junto ao Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão (Mpog) e ação no Congresso Nacional, na capital federal. Já no dia primeiro de abril, os docentes participarão do Dia Nacional de Lutas organizado pela CSP-Conlutas, e em 14 de abril, do ato nacional, em Brasília.

Orçamento das IFE é pauta de março

O orçamento das universidades e institutos federais vem sendo alvo, ao longo dos anos, de sucessivos cortes, que acabam por precarizar as condições de estudo e trabalho e

por colocar em xeque o caráter público das instituições, com intenção declarada de gerar superávit primário - saldo usado para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública ao sistema financeiro. Em 2015, o repasse de verbas ao Ministério da Educação (MEC) teve cortes de R\$ 9,42 bilhões, o que representa uma perda 19,3% em relação ao ano anterior.

Um estudo realizado por Emerson Monte, diretor do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Pará (Sinduepa – Seção Sindical do ANDES-SN), no Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Educação Superior (Gepes) na Universidade Federal do Pará (Ufpa), constatou que os orçamentos das universidades federais tiveram cortes de R\$ 2 bilhões no ano de 2015, o que representa mais de 20% dos cortes realizados no MEC. A redução de verbas de custeio de 2014 para 2015 foi de 15,7% e de verbas para investimentos foi de 71,4%.

Outro dado da pesquisa de Emerson que salta aos olhos é o valor médio gasto por universidade federal no ano. De 2014 para 2015, houve uma redução em R\$ 41 milhões no valor médio que cada uma das 63 universidades federais recebeu.

Privatizar a gestão via OS não é solução

Outro tema da mobilização do Setor das Ifes em março é a luta contra a privatização da educação pública por meio de Organizações Sociais. O ANDES-SN tem criticado o discurso do governo de que a saída alternativa para a crise orçamentária da educação pública e de outros serviços públicos é terceirizar a gestão por meio de OS e fundações privadas “de apoio”.

Em 2014, o governo federal já anunciou sua intenção de contratar docentes por meio das OS, e, desde então, o ANDES-SN empreende campanha contrária à terceirização da gestão das instituições federais. Para o Sindicato Nacional, é necessário priorizar o investimento público em educação e saúde públicas.

Outra grande luta que a ser travada será contra o aprofundamento da desestruturação da carreira docente, imposta pelo PL 4251/2015, que “altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências”. Para os docentes federais, o projeto flexibiliza ainda mais o regime de Dedicção Exclusiva (DE), já prejudicado com a recente promulgação do Código Nacional de Ciência e Tecnologia.

Docentes federais protocolam pauta de reivindicações no MEC e no MPOG
O ANDES-SN protocolou, na manhã desta segunda-feira (14), a pauta de reivindicações dos docentes nos ministérios da Educação (MEC) e do Orçamento, Planejamento e Gestão (Mpog). No documento, constam as posições do Sindicato Nacional sobre o caráter público da universidade, as condições de trabalho, a garantia de autonomia, a reestruturação da carreira e a valorização salarial de ativos e aposentados.

Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN, ressalta a necessidade que os docentes têm de negociar suas pautas com o governo federal. “Queremos retomar a cobrança junto ao governo em relação a nossas pautas. Realizamos a mais longa greve da história do setor das federais em 2015, não nos respondeu sobre condições de trabalho e só desestruturou ainda mais a carreira”, comentou o docente. Rizzo afirmou ainda que, devido à manutenção dos cortes e do contingenciamento, além dos projetos que privatizam a educação pública e tramitam no Congresso, é necessário que docentes federais mantenham a mobilização.

Texto ANDES-Sn, disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8034>

PROBLEMAS CRÔNICOS DE INFRAESTRUTURA AMEAÇAM AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E ENSINO NO CAMPUS DE AMARGOSA



Na última segunda (07), a direção da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) iniciou no Centro de Formação de Professores (CFP), campus de Amargosa, uma rodada de visitas pelos Centros de Ensino da UFRB para verificar as condições de trabalho e ensino da instituição. Desde o início de 2016 o CFP tem sido palco de manifestações estudantis e de denúncias de docentes referentes às questões infraestruturais para o funcionamento do Centro. A direção da APUR foi averiguar de perto a situação.

OS representantes da APUR constaram que a situação do CFP continua caótica como nas visitas anteriores, com as obras interrompidas e inconclusas, com os constantes problemas do transbordamento das fossas sanitárias, com o lago destruído pelo esgoto e resíduos lançados em períodos de chuva, e com a Casa do DUCA fechada sem a devida manutenção.

No que se trata do complexo esportivo que deveria ser entregue em 2012, a obra está interrompida desde o ano passado, e as ferragens e estruturas sendo danificadas pelos efeitos da exposição às intempéries da natureza. O pavilhão de laboratórios, que deveria ser entregue em junho 2015, segue em ritmo lento, e não passou da construção de sua base estrutural, quando o projetado são quatro andares.

O prédio da Casa do DUCA (antigo presídio municipal doado pela prefeitura) continua nas mesmas condições da última visita do sindicato em março de 2014, fechada e sem manutenção. O que surpreendeu a direção da APUR, uma vez que, ainda em 2014, o diretor do CFP informou à comunidade a existência de um contrato vigente para a manutenção da Casa do DUCA, da ordem de R\$ 1 milhão.

Ao visitar o Pavilhão de Aulas a APUR confirmou algumas denúncias e queixas feitas ao sindicato. Todos os extintores de incêndio estão vencidos, o mais recente tem data de 2014; o Laboratório de Química segue com os mesmos problemas elétricos e de campus.

acomodação inadequada de rejeitos, o que o sindicato já havia apontado em 15 de abril de 2013, quando da visita do Corpo de Bombeiros, condição que expõe toda a comunidade a situações insalubres e perigosas. Também foi possível observar salas de aula sem aparelhos de ventilação e refrigeração, queixa do início deste ano tanto de professores como de estudantes. A situação dos prédios de almoxarifado é outro problema, os dois prédios foram interditados, sendo que eles estavam sendo utilizados também como laboratórios de ensino adaptados por conta da ausência de espaços no

Os problemas das precárias instalações do CFP se agravam com a danificação de materiais didáticos dos cursos acomodados de forma inadequada ou por ausência de instalação, parte significativa destes materiais, inclusive, perderam suas garantias, materiais esses que superam a ordem de R\$ 1,5 milhão de investimento público. Neste aspecto, os principais cursos prejudicados são Educação Física e Química,

Ao encerrar a visita, os diretores da APUR ainda foram surpreendidos com um conjunto de refletores acesos no estacionamento em pleno diurno. Após consulta, foram informados que estes ficam permanentemente acesos, medida na contramão da orientação do Núcleo de Gestão de Logística Sustentável, que em fevereiro último, encaminhou e-mail aos servidores solicitando redução e economia de energia elétrica.

Diante destas constatações, a direção da APUR solicitou, via ofício, no dia 08/03/16, à reitoria e à direção do CFP esclarecimentos referentes aos problemas identificados, a fim de que os mesmos sejam solucionados o mais rápido possível, para o início do próximo semestre. Após as respostas formais a direção do sindicato irá, com o apoio da assessoria jurídica, ver as formas legais para assegurar as condições de trabalho e ensino, assim como acionar as instâncias cabíveis em busca de cobrar as responsabilidades devidas.

Em breve a diretoria da APUR informará o calendário de visitas aos demais Centros. Os colegas que tenham informações específicas do seu Centro de Ensino, favor enviar para o e-mail do sindicato: apurdiretoria@gmail.com, o sigilo será preservado.





NENHUMA DEMISSÃO NA UFRB: EM DEFESA DOS EMPREGOS DOS/AS TRABALHADORES/AS TERCEIRIZADOS/AS



Na última segunda (07), reunida no Centro de Formação de Professores/UFRB, a diretoria da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) discutiu a demissão de trabalhadores/as de serviços gerais (formalmente será a não admissão de alguns pela nova empresa) em toda UFRB. De forma veemente, a diretoria da APUR se posiciona contrária a qualquer demissão, principalmente em período de crise econômica. Em 2015, o movimento docente em greve conseguiu barrar as demissões motivadas pelo Ajuste Fiscal do governo federal e dos cortes na Educação.

Conforme informações haverá uma redução em média de 20 a 30% do atual quadro, que já era insuficiente para as demandas da Universidade, e que esta situação já vem sendo discutida entre diretores/as de Centro e gestores da UFRB desde o ano passado. O que nos espanta é que ainda tem diretores e gestores que não compartilharam esta

informação com a comunidade acadêmica e com os terceirizados do seu Centro, que estão com aviso prévio, consideramos isso um absurdo, já que estamos tratando de dezenas de famílias do Recôncavo que ficarão sem renda para garantir as condições mínimas de subsistência a partir dos próximos meses.

Somamo-nos aos companheiros do SINDLIMP e aos demais que juntos avançam na luta contra o Ajuste Fiscal e em defesa do emprego, por isso a necessidade de atendermos ao chamado nacionalmente pela CUT e demais movimentos sociais para realização de atos no dia 31/03, em defesa do emprego e no combate ao Ajuste Fiscal.

A defesa da UFRB pública e de qualidade passa hoje pela luta contra o Ajuste Fiscal, e aos cortes do orçamento na Educação, não podemos aceitar demissões e a precarização das condições de trabalho e ensino, com o objetivo de fazer superávit primário para saciar a gana do mercado financeiro.

